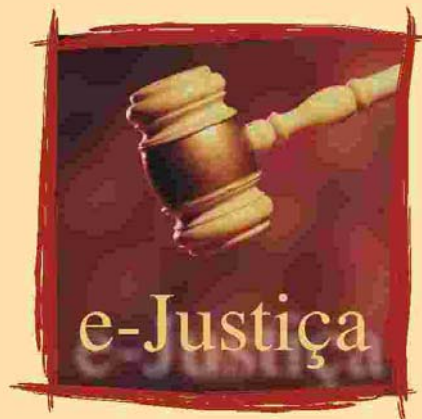


e-Justiça

O que o sector da Justiça em Portugal tem a ganhar com o desenvolvimento da Sociedade da Informação



6 de Abril de 2006
Fundação Calouste Gulbenkian

O que o Sector da Justiça em Portugal tem a ganhar com o desenvolvimento da Sociedade da Informação

Dr.^a Maria Helena Monteiro

Organização



Patrocínio



Patrocinadores Globais



FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA



Microsoft

**O que o Sector da Justiça em Portugal
tem a ganhar com o desenvolvimento
da Sociedade da Informação**

e-Justiça

Grupo de Trabalho

Apresentação do Estudo *e-Justiça*

Fundação Calouste Gulbenkian

6 de Abril de 2006

Maria Helena Monteiro

Temas

- Objectivo do estudo – a quem se destina ...
- A coordenação e a equipa de trabalho
- O processo de trabalho
- O resultado – *O estudo e-Justiça*
- As principais ideias ...
 -
 -
 -
 -
- Conclusões

O objectivo do estudo

Objectivo

O que o sector da Justiça em Portugal tem a ganhar com a Sociedade da Informação

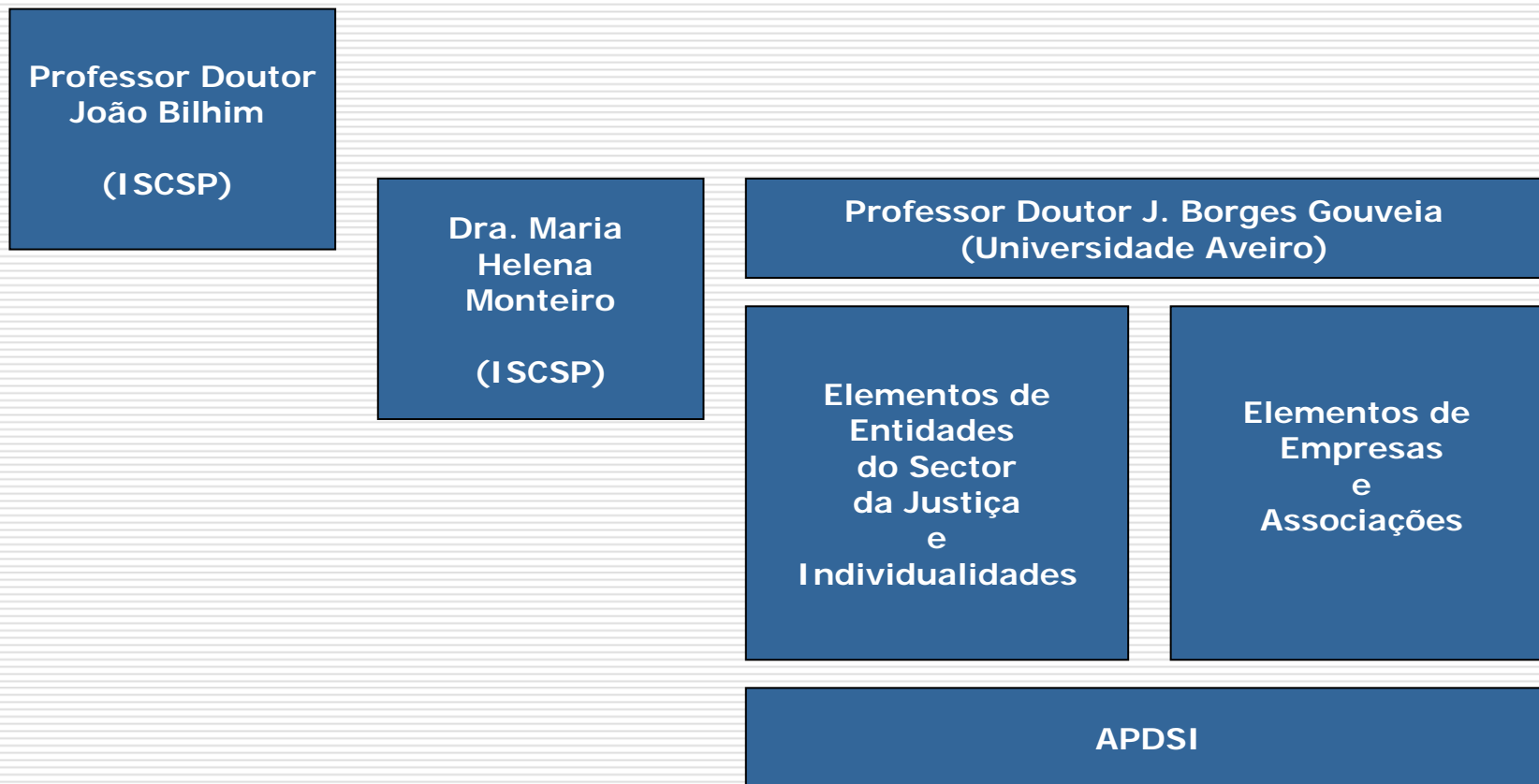
-- Uma reflexão e síntese em 2005 --

A quem se destina

Sociedade Civil em geral

- O Cidadão comum
- As Empresas
- Os Profissionais da Justiça
- Os Profissionais das TIC´s
- Os Partidos Políticos
- Os Alunos e Professores, ...

A coordenação e a equipa de trabalho



A equipa de trabalho

Entidades do Sector da Justiça e Individualidades (11)

Elementos do Grupo de Trabalho

- ITIJ – Instituto Tecnologias de Informação na Justiça Dr. Mário Valente
- Ponto de Contacto Português da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial
Conselho Superior de Magistratura Dr. Carlos Manuel G. de Melo Marinho
- Direcção Geral. Administração da Justiça Dr. Joaquim Delgado
- Tribunal Constitucional Eng.º António Taborda
- Polícia Judiciária Dr.ª Maria Luísa Proença
- Procuradoria-Geral da República Dr. Carlos Sousa Mendes
- Direcção Geral dos Serviços Prisionais Dr. Luís Miranda Pereira
Dr. António Ferreira Santos
- Direcção Geral dos Registos e Notariado Dr. António Figueiredo
- Câmara dos Solicitadores Dr. Armando A. Oliveira [Braga]
- Ordem dos Advogados Dr. Manuel Lopes Rocha
- Individualidade (Advogado)* Dr. João Miguel Barros

A equipa de trabalho

Empresas e Associações

- CGD - Caixa Geral de Depósitos
- PT - Portugal Telecom SGPS
- CTT - Correios de Portugal
- AIP - Associação Industrial Portuguesa
- No Limits Consulting
- SAP Portugal
- IBM - Companhia IBM Portuguesa
- Siemens
- Compta
- Novabase
- Quidgest
- Municípiã
- Accenture
- SUN
- Link Consulting
- Deloitte.
- Getronics

Elementos do Grupo de Trabalho (4+13)

Dr. Manuel Elísio
Dr. Miguel Pupo Correia
Eng.º João Melo Dr. Pedro Neves
Dr.ª Cristina Martins
Eng.º Nuno Carvalho
Dr.ª Paula Silva Simões
Eng.º Eduardo Fonseca
Eng.º José Luís Costa Oliveira
Dr. Paulo Pereira
Eng.º Paulo Luz
Eng.º Filipe Romão e Eng.º Carlos Marques
Dr.ª Teresa Serafino
Dr. Nuno Guerra Santos
Eng.º Paulo Vilela
Eng.º Rui Gonçalves Alexandre
Eng.º Victor Fernandes Dr. Marcelo Reis
Eng.º Paulo Costa e Dr. Paulo Rodrigues

O processo de trabalho – *a dinâmica*

Conferência e-Justiça Fundação Calouste Gulbenkian Janeiro 2004

1ª reunião – Constituição Grupo de Trabalho

2ª reunião – 24 de Junho 2005

3ª reunião – 13 de Outubro 2005

4ª reunião – 14 de Dezembro 2005

Apresentação Pública do Estudo – 6 de Abril de 2006

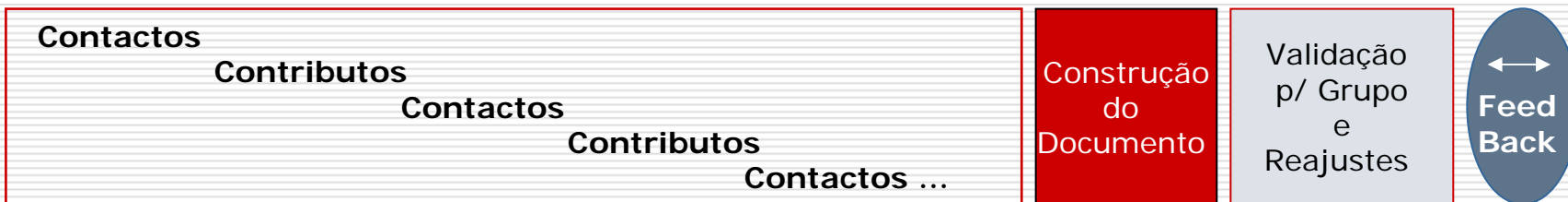
...6/2005

10/2005

12/2005 – 1/2006

2/2006

03/2006



...Comunicação – Colaboração – Resultado/Síntese – Propostas -- Avaliação – Aprovação – Sintonia - Coordenação – Supervisão ... *Dinâmica de Trabalho*

O resultado – *O estudo e-Justiça*

Prefácio.....	
Agradecimentos	
1. Introdução.....	
1.1. A metodologia usada pelo Grupo de Trabalho e os respectivos contributos.....	
2. O Edifício Integrado – <i>e-Justiça</i>	
2.1. A Sociedade da Informação e a Justiça	<i>O quê ?</i>
2.2. Os diferentes objectos do Edifício da <i>e-Justiça</i>	<i>Para quê?</i>
3. Alguns dos Processos da Administração da Justiça	
3.1. A Gestão do Processo Judicial.....	<i>Onde ?</i>
3.2. A Gestão do Conhecimento para a Prática da Justiça.....	<i>Como ?</i>
3.3. A Gestão dos Processos Extrajudiciais - Actos Registrais e Actos Notariais.....	
3.4. A Gestão dos Recursos na Administração da Justiça.....	
4. Conclusões	<i>O caminho...</i>
APÊNDICES - TEXTOS (Obtidos através dos elementos do Grupo de Trabalho).....	

As principais ideias ...

Consciencialização -

O domínio de aplicação da *e-justiça depara-se com:*

Dimensão (muitas entidades diferentes ...)

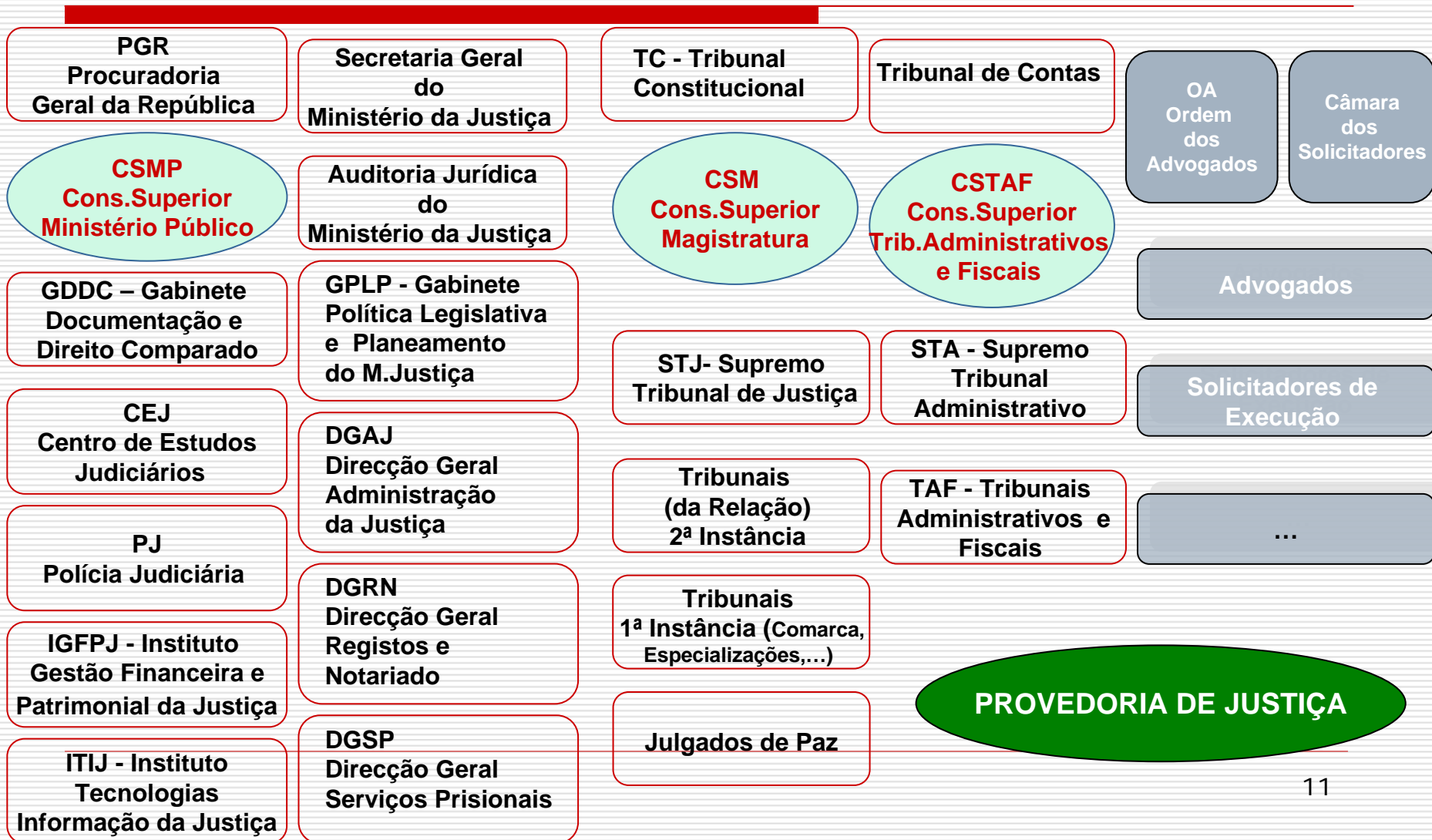
Complexidade (regras, instrumentos e pessoas)

e

Diferentes níveis de poder (que se cruzam e entrelaçam ...)

Governo
 Ministro da Justiça
 Secretários de Estado

Tribunais



As principais ideias ...

Contexto:

Características Culturais do Sistema Judicial (Sistema especificamente configurado para resistir a mudanças...)

Execução da Actividade está procedimentada em Lei (Códigos de Processo Civil, Penal,...)

A Mudança:

A Mudança tem de ser dinamizada em simultâneo de dentro para fora e de fora para dentro.

As principais ideias ...

A e-Justiça – edifício integrado

ACESSIBILIDADE / AGILIDADE

- Processos
- Fluxos de trabalho
- Conteúdos
- Bases de Dados Jurídicas
- Resultados

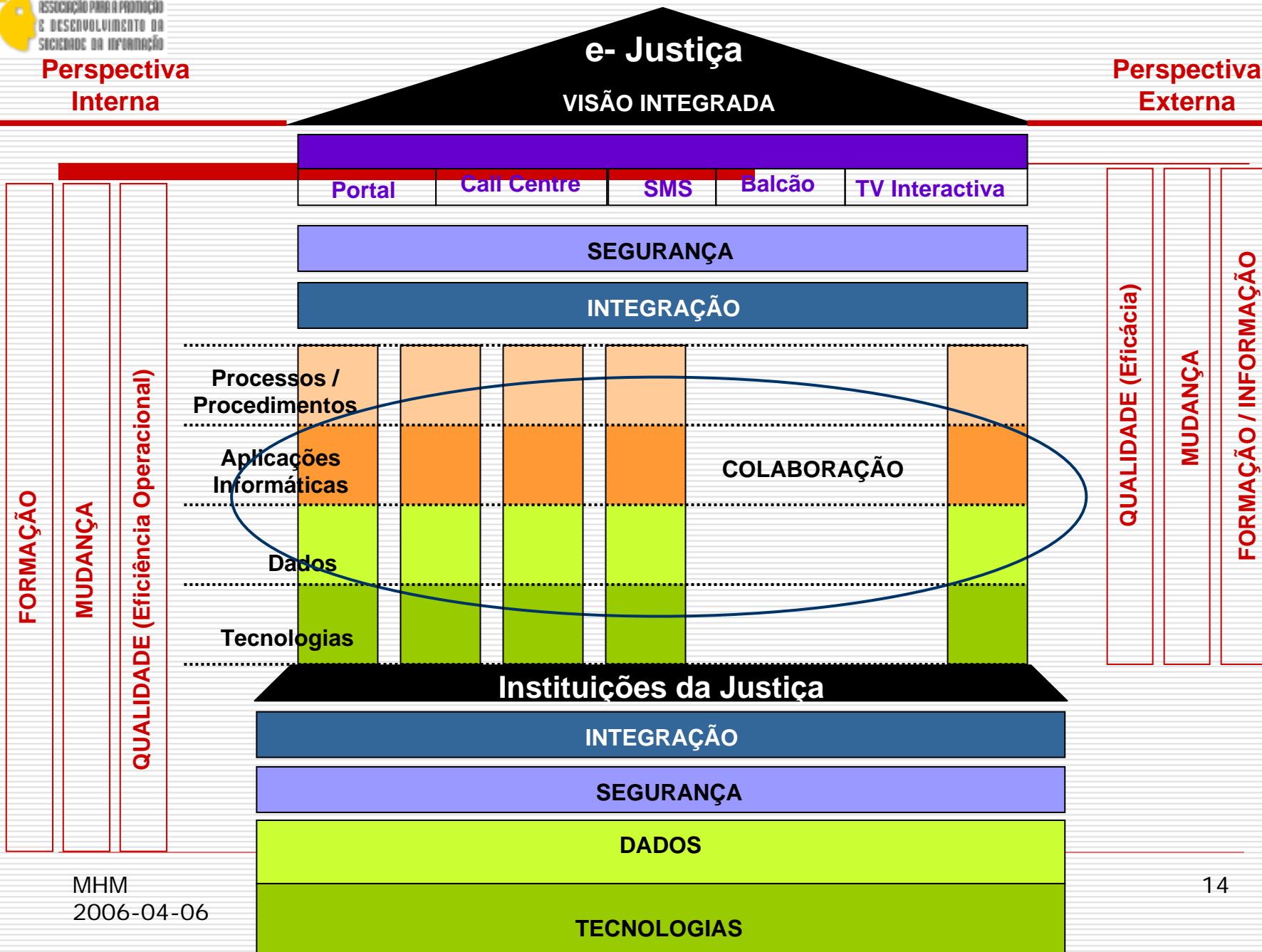
INTEGRAÇÃO

SEGURANÇA

em tempo real

Perspectiva
Interna

Perspectiva
Externa



Os SI/TIC´s na Justiça em linha

- ❑ Identificação única do Cidadão
- ❑ Rede Integrada de Organismos da Justiça
- ❑ Portal da Justiça – *Internet p/ o Exterior*
- ❑ Centro de Atendimento e Interação com a Justiça – Contact Center / canais móveis)
- ❑ Canal Presencial / Balcão renovado
- ❑ Portal Interno da Justiça – *Intranet + Extranets* da Justiça
- ❑ Camada de Segurança – Rede da Justiça
- ❑ Integração de Aplicações
- ❑ E-Learning
- ❑ Capacidade vde Recuperação e Criação de Dados
- ❑ Corporate TV – Conteúdos de Informação ao Cidadão

As principais ideias ...

Focar nas actividades consumidoras de recursos

A gestão do Processo Judicial

A gestão do Processo Extrajudicial – actos notariais e registrais

A gestão do Conhecimento

A gestão dos Recursos

tirando partido das ferramentas - TIC´s

A Gestão do Processo Judicial

Consultar o Processo – Profissionais da Justiça

Abrir
o
Processo

O quê?
Como?
Quando?
Com o quê?

Controlar o Progresso do Processo

Planear e Preparar Actividades do Processo

Executar Actividades do Processo

Actualizar o Processo

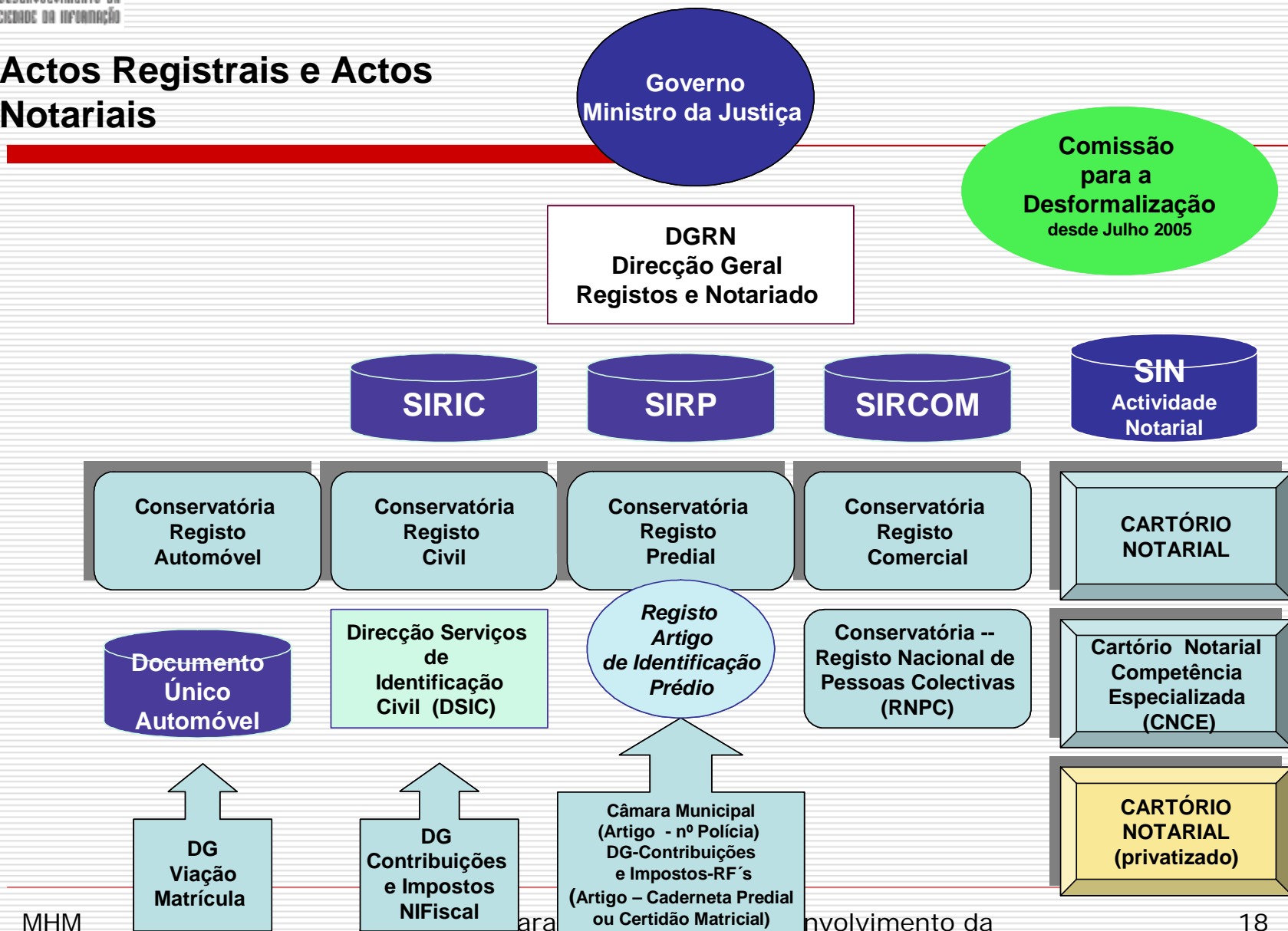
Colaborar – Gerir Contactos com Terceiras Partes (ex:CS)

Fechar
o
Processo

Sentença
Custas

Consultar o Processo – O Cidadão – *Actor* no Processo

Actos Registraes e Actos Notariais



A Gestão do Conhecimento

A informação a armazenar e disponibilizar

Resultado da Actividade da Justiça em Portugal - Estatísticas

Resultados da Actividade dos Tribunais

Resultados da execução dos *Processos*

Jurisprudência - Bibliografia nacional e estrangeira

Leis e Regulamentação especializada

Leis, DL, Regulamentos,...Actos Jurídicos

Código Civil e Código Penal (Códigos dos Processos...)

Constituição da República Portuguesa

Direito Comunitário...Direito Comparado

A Gestão do Conhecimento

A informação a armazenar e disponibilizar

Resultados da Actividade da PJ

Resultados da Actividade do PGR

Res. Actividade da Rede Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial

Resultados da Actividade da xxx

Resultados da Actividade do xxx

Roteiro Digital (c/ Informação georeferenciada)

.....

Património intelectual de cada instituição...e da Rede

A Gestão dos Recursos na Administração da Justiça - DGxx, Tribunais, Polícia Judiciária,...

Estratégia

- Prioridades – Marcos- Orientações – Planos – Orçamentos

Recursos Humanos –

Competências, Carreiras, Formação, Atribuição Objectivos, Avaliação Desempenho,

Recursos Financeiros –

OGE, Financiamentos Projectos de Desenvolvimento, Custas, Emolumentos,...

**Recursos Logísticos, Materiais, Equipamentos,
Infraestruturas tecnológicas e segurança**

Recursos Informacionais (Gestão Documental-Conteúdos)

Documentos, Bases de Dados Internas, Acessos a B.Dados externas,
Receber e Enviar Informação de suporte à Actividade

Recursos de Atendimento e Comunicação

Conteúdos, Redes, Canais e Interações

As principais ideias ...

Mudar a Lei ...

As principais ideias ...

Mudar a Lei ...

- **O impulso das TIC´s na actualização da legislação – novas leis e orientações --- substituição de leis e orientações**
 - Lei do Crime Informático
 - Lei do Comércio Electrónico
 - Lei do Direito de Autor
 - ...

- **Reestruturação-Adaptação Obrigatória de Leis e regulamentos existentes – Códigos de Processo ...**
 - Novos Meios e novos suportes documentais
 - Novos mecanismos de funcionamento
 - Novas formas de trabalhar
 - Novas formas de autorizar

Conclusões ...

... a acção da Justiça passar por uma maior e mais profunda utilização das inovações – técnicas, tecnológicas e comportamentais - proporcionadas pelo desenvolvimento da Sociedade da Informação.

Conclusão 1 - O Sector da Justiça tem de **aprender a actuar de forma diferente** – ou seja, em tempo útil, com evidência e transparência processual, em segurança, com a certeza e a confidencialidade esperadas e, por fim, com qualidade nos resultados atingidos.

e para isso é necessário

Conclusões ...

Conclusão 2 - Para isso é necessário

- a) **Mudar a legislação processual** – novos meios, ferramentas e instrumentos modernos de comunicação, armazenamento e processamento de informação – tendo presente o conhecimento, os resultados e a avaliação das experiências já em curso no sector da Justiça

- b) **Reconfigurar a Arquitectura Organizacional da Administração e Execução da Justiça** – redesenhar as estruturas organizativas, processos de trabalho e os modelos de gestão em conformidade com o caminho definido

Conclusões ...

- c) Formar os diferentes profissionais da justiça em novas alternativas e caminhos**

- d) Fazer contribuir para esta mudança os esforços concertados de todas as entidades do sector da Justiça e entidades e associações afins**

- e) Que a liderança desta mudança seja conduzida pelo poder político em conjugação e articulação com os demais órgãos de soberania**

Conclusões ...

f) Que os **Programas e Projectos de Transformação e Inovação** sejam desenvolvidos, acompanhados e avaliados de acordo com as **melhores práticas de gestão** – aspectos tecnológicos, técnicos, organizacionais e comportamentais

Conclusão 3 – É preciso que a **Sociedade da Informação** em Portugal **siga, de uma forma global, um percurso de maior viabilidade vitalidade e universalidade**. Só assim o Sector da Justiça se poderá aproximar cada vez mais da atitude e comportamentos gerados num seio de competência e modernidade exigidos pela Sociedade da Informação

Conclusões ...

A nossa percepção para a concretização das mudanças

- Portugal – Europa – compromisso com o desenvolvimento da sociedade de informação
- Programa do Governo e os programas operacionais em marcha demonstram que a mudança na Justiça está na Agenda do Governo
- Programas de desenvolvimento de competências em Gestão e SI/TI – Governo e Tribunais
- O mercado está tecnicamente preparado para apoiar o Sector da Justiça

Conclusões ...

A nossa percepção para a concretização das mudanças

- Renovação dos modelos de contratualização da prestação de serviços – Business Process Outsourcing (BPO), Parcerias Públicas Privadas (PPP)
- Algumas Comissões para as mudanças estão já em funcionamento
- ITIJ – Plano orientador para 2006-2008
-

Conclusões ...

Pela nossa experiência, sabemos que:

Estas mudanças não são imediatas, mas a **mudança para a mudança é imediata e visível**

Constrói-se construindo e fortalece-se com

- O somatório dos resultados obtidos
- O feedback dos mais relutantes
- **A consciência colectiva de o processo de mudança já estar em marcha e não ser possível pará-lo**

**O que o Sector da Justiça em Portugal
tem a ganhar com o desenvolvimento
da Sociedade da Informação**

e-Justiça

Obrigada

helena.monteiro@iscsp.utl.pt

Alguns dos Sistemas de Informação da Justiça (lista em desenvolvimento)

SITAF – Sistema de informação de Gestão dos Processos Administrativos e Fiscais (ITIJ)

HERMES – Sistema de informação das Estatísticas da Justiça (reformulação) – GPLP

Habilus – DGAJ – DIT - Tramitação Processual Tribunais 1ª Instância

SIRCOM – Conservatórias - Registos Comerciais – DGRN - ITIJ

SIRP – Conservatória – Registos Prediais - ITIJ

SICJ – Custas Judiciárias - ITIJ

SIAJ – Apoio Judiciário – ITIJ

SIRIC-

BI -

Plano de Gestão Previsional de Oficiais de Justiça - DGAJ

Os SI/TIC´s aplicados à Gestão do Processo Judiciário

- ❑ Gestão Documental – Digitalização de Documentos – Desmaterialização dos Registos – Arquivo especializado
- ❑ Conteúdos ajustados aos tipos de Processos – As Tarefas e os Fluxos – *Workflow*
- ❑ Identificação de “quem faz o quê” nas tarefas do Processo – juízes, funcionários judiciais, magistrados do MP, advogados,...
- ❑ Ferramentas de Planeamento, Agendamento, Alertas, Avisos, Colaboração...
- ❑ SMS Center – aviso de horas de julgamentos, datas, conclusão de certidões, atraso nos pagamentos
- ❑ Ferramentas de Acesso à Informação – Bases de Dados Jurídicas e outras fontes de informação

Os SI/TIC´s aplicados à Gestão do Processo Judiciário

- ❑ Ferramentas de Acesso à Informação – via Internet - Bases de Dados Jurídicas e outras fontes de informação internacionais – europeias, ibero-americanos,...
Outras
- ❑ Ferramentas de gestão de actividades
(Planear/confirmar/suspender/..., Reclamar, Aprovar, Acompanhar, Enviar, Receber, Actualizar, Contactar, Atribuir, Consultar, Notificar, Avisar,...)
- ❑ Ferramentas para construção de consultas simples e complexas
- ❑ Ferramentas para gerar Documentos (com base em templates e regras)
- ❑ Ferramentas de integração com outras Aplicações – ERP, Internet, Intranet, CC, Help-Desk, Estatísticas,...

Os SI/TIC´s aplicados à Gestão do Conhecimento na Justiça -

Portal Documental da Justiça e redes de Cooperação

- ❑ Preparação - Classificação – Recolha – Criação - Actualização – Apresentação ... de conteúdos- Indexação – Simples e Complexa - Armazenamento - Queries – Simples e Complexos
- ❑ Criação e Consulta - Bases de Dados electrónicas (Diário da República, BD específicas,...)
- ❑ Canais Tradicionais - Personalização do modelo de interacção consoante os actores da utilização (alunos, professores, advogados, magistrados-juizes, profissionais da justiça,...) da informação
- ❑ Canal - Dispositivos Móveis - Mobilidade – preparação e adaptação de “conteúdos”
- ❑ Integração de “conteúdos” em outros conteúdos de diferentes aplicações. Recepção de “conteúdos” vindos de outras aplicações
- ❑ Formação – Ambientes e Motores de Busca – Construção de Condições de pesquisa simples e complexas
- ❑ Campanhas Informativas – acesso a informações relevantes sobre aspectos do direito civil e comercial ...
- ❑ Redes de cooperação ao nível europeu e ibero americano – partilha de conteúdos e modos de interrogação

Gestão dos Recursos na Administração da Justiça

DGxx, Tribunais, Polícia Judiciária,...

- ❑ ERP – *Enterprise Resource Planning* - para a Administração da Justiça – com potencialidades de multi-entidades, multi-lingua,
 - ❑ Polícia judiciária
 - ❑ Outros
 - ❑ ...
 - ❑ Integração da Rede da Justiça
 - ❑ Planeamento da Produção – Optimização de Recursos
 - ❑ *Help Desk* da Rede
 - ❑ Actividades operacionais comuns- serviços partilhados
 - ❑ Estatísticas Integradas
- ❑ Compras Electrónicas
- ❑ Facturação Electrónica
- ❑ CIRM-Citizen Relationship Management
 - ❑ Contact Center
 - ❑ 1º Linha - 2º Linha - 3º Linha
 - ❑ Base de dados de Contactos
- ❑ SGQ – A qualidade na prática da Justiça – Indicadores de desempenho da actividade por entidade, por redes especializadas e rede global